

Cabral vence no voto e relata a Sistematização

BRASÍLIA — A derrota de dois "notáveis" do PMDB, o Senador Fernando Henrique Cardoso e o Deputado Pimenta da Veiga, para o Deputado Bernardo Cabral, eleito ontem pela bancada peemedebista Relator da Comissão de Sistematização, representou mais uma vitória do Líder Mário Covas na luta por espaços políticos que trava com o Presidente da Constituinte e do partido, Ulysses Guimarães. Embora sem receber manifestações ostensivas, Cabral era o preferido de Covas, do Senador José Richa e de um dos mais importantes assessores do Presidente José Sarney, o Consultor-Geral da República, Saulo Ramos.

A eleição foi uma das mais apertadas do PMDB nos últimos tempos e comprovou a capacidade de avaliação de Mário Covas, que preferiu abrir mão de sua prerrogativa de indicar o Relator e passá-la à bancada. No primeiro turno da votação, Bernardo Cabral e Pimenta da Veiga ficaram empatados com 86 votos cada um, seguidos de perto por Fernando Henrique, que recebeu 81 votos. No segundo turno, Cabral derrotou Pimenta por 111 votos a 90.

Até o início da segunda apuração, ninguém se arriscava a um prognóstico, na dúvida sobre o destino dos votos de Fernando Henrique. Pimenta da Veiga estava preocupado, principalmente, com os votos dos Senadores, que apoiaram em peso Fernando Henrique e passaram a dar respaldo a Bernardo Cabral. O Senador Alfredo Campos, por exemplo, informava que quase todo o Senado votaria em Cabral no segundo turno porque Pimenta, quando Líder, sempre se colocou contra as posições dos Senadores. A bancada de São Paulo, fechada antes com Fernando Henrique, também desagou seus votos em Cabral. A bancada mineira, com a qual contava Pimenta, ficou dividida.

— É bom que venham poucos Senadores aqui. O Senado me preocupa — dizia Pimenta a seus companheiros na hora da votação, embora tivesse a esperança de ter mais de 30 votos que pertenciam a Fernando Henrique, como o da Deputada Cristina Tavares (PE).

As bancadas do Norte e Nordeste também tiveram peso no resultado, pois no segundo turno abriram mão do conteúdo ideológico para garan-



Bernardo Cabral ergue os braços, sorridente, comemorando a vitória

tir a participação regional, lembrando-se de que os principais cargos da Constituinte estavam sendo ocupados até agora por paulistas.

A derrota de Fernando Henrique foi atribuída por Deputados de seu grupo à demora em definir-se candidato, o que só ocorreu terça-feira. Nesse dia, ele chegou a conversar com o Presidente José Sarney sobre o assunto, ao final da reunião do Conselho Político. Sarney disse que estava insatisfeito com a disputa e preferia um acordo entre os três candidatos. Afirmou também que Mário Covas deveria ter usado sua prerrogativa de líder para fazer uma indicação.

Bernardo Cabral atribuiu sua vitória à sua garra e ousadia. Primeiro a declarar-se candidato ao cargo e também primeiro a defender a escolha pela bancada, ele declarou que chamará agora Fernando Henrique e Pimenta da Veiga para o auxiliarem na Relatoria.

— Recebi a vitória como uma demonstração de que a bancada do PMDB caminha com seus próprios passos — disse Cabral, acrescentando que uma escolha desta natureza fortalece o Relator. Segundo ele, se

Mário Covas o tivesse indicado para o cargo, isso poderia ter sido interpretado como um "gesto afetivo".

Antes da eleição, os três candidatos discursaram para a bancada. Fernando Henrique lembrou seu ingresso no partido, como intelectual, e posteriormente sua entrada na vida política. Assim como Pimenta, acenou à bancada com a perspectiva de amplas consultas para as decisões do Relator e, ao final, lembrou, brincando, que não é paulista, mas sim carioca, filho de amazonense com paranaense e neto de alagoanos e goianos.

Em seu discurso, Pimenta da Veiga lembrou a necessidade de uma Constituição voltada para a justiça social e, numa referência ao currículo de seus adversários, disse nunca ter sido, ao contrário dos dois, professor em universidades europeias, pois dedicara seu tempo à militância profissional e atividade política.

Bernardo Cabral lembrou, em seu discurso, sua militância na OAB e o fato de ter sido cassado. Disse que se o Relator da Comissão não fosse um homem ligado às lides jurídicas, esta estaria "fadada ao fracasso".

UM PARLAMENTARISTA

Em sete disputas, nenhuma derrota

BRASÍLIA — O jurista Bernardo Cabral venceu ontem sua sétima disputa e confessou, ao final da reunião, que as eleições na OAB "são muito mais difíceis" do que na bancada do PMDB. "O Bernardo nunca perdeu uma", afirmava o jurista Miguel Reale Júnior, que acompanhou esta e as disputas anteriores.

Parlamentarista convicto, Deputado cassado logo no início da vigência do AI-5 e ex-Presidente da OAB, Bernardo Cabral foi o primeiro dos candidatos a declarar que pleiteava o cargo, amparado em sua vasta experiência jurídica, e a trabalhar por ele.

— Sou um homem de postura e compostura. Só me subordino à minha consciência e ela não me dita que eu deva ficar subordinado a pressões de quaisquer poderes, partam de onde partirem. É claro que, como homem do PMDB, não recusarei apoio ao Governo, porque dele faço parte. Mas isto não se confunde com prestação de serviço — afirmou o Relator eleito, explicando que terá uma postura de independência quanto ao Executivo, apesar de nele ter trânsito e ser amigo pessoal de alguns de seus integrantes.

Cabral defende a manutenção dos seis anos de mandato do Presidente Sarney juntamente com a transição para um regime parlamentarista adequado à realidade nacional, com características como a eleição direta para a Presidência da República. Segundo o Deputado, que chegou a participar de estudos que o Consultor Saulo Ramos fez a respeito, o próprio Sarney poderá aproveitar seu último ano de mandato para preparar a transição para o parlamentarismo.

Cabral prometeu que fará, à frente da Sistematização, "um trabalho sério, sem influências externas e onde os lobbies não atuem". Pretende formar, para isso, um corpo de auxiliares que incluirá Fernando Henrique Cardoso e Pimenta da Veiga, "pois a Relatoria da nova Carta não é trabalho para um só". Pretende também ouvir as bases sobre os diversos assuntos.

Para Cabral, a nova Constituição deve representar um pacto social. Ele defende o retorno das prerrogativas do Legislativo, a independência do Judiciário e a autonomia sindical, entre outros pontos.

Contando com a discreta preferência de Mário Covas, jamais explicitada, Cabral começou a trabalhar pelo cargo de Relator muito antes de seus companheiros e, mesmo quando não sabia ainda que a decisão seria submetida à bancada — ideia que defendeu — já conversava com os companheiros na busca de apoio a seu nome. Os principais argumentos de sua campanha foram sua atuação oposicionista durante o regime militar e a experiência nas questões jurídicas.

Rapidez

EM NOME da pressa, o Deputado Ulysses Guimarães sugere que a Assembléia Constituinte produza meia Constituição, aproveitando metade da atual.

INESPERADA atitude para o Presidente de um partido que, em nome da soberania da Assembléia, defendeu para ela o direito de alterar a Carta atual enquanto ia produzindo a nova.

EM NOME da pressa, sugere-se que os constituintes pensem mais na missão que receberam das urnas e menos em soluções especiosas.

A FINAL, a nova Constituição deve ser íntegra, em todos os sentidos da expressão.

PDS só concede licença se votar o compulsório

BRASÍLIA — O PDS só apoiará a concessão de licença para que o Presidente Sarney viaje ao Exterior, depois que o Congresso Nacional for convocado para votar o Decreto-Lei que criou, no final do ano passado, o empréstimo compulsório sobre veículos e combustíveis. A decisão foi comunicada ontem aos Presidentes da Câmara, Ulysses Guimarães, e do Senado, Humberto Lucena, pelo Líder do PDS, Deputado Amaral Netto.

Amaral lembrou que, no ano passado, o PDS entrou em acordo com o PMDB e o PFL, dispensando Sarney da autorização do plenário do Congresso para ausentar-se do País, durante um prazo de seis meses:

— Hoje consideramos que a grave situação nacional nos dá o direito de pleitear uma contrapartida.

Sindicalistas têm proposta para direitos do trabalhador

BRASÍLIA — Enquanto o Governo acena com um novo projeto de lei para substituir a Lei de Greve e o Capítulo 5 da CLT, que regulamenta a Organização Sindical, os sindicalistas entram com outra proposição, que esperam seja incorporado à futura Constituição. Eles já organizaram até mesmo um lobby na Constituinte, tendo em vista a inclusão dessa proposta, feita pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), na Comissão que tratará dos Direitos Sociais.

Na verdade, o Diap tem duas propostas diferentes: uma para a Constituinte, versando sobre os direitos dos trabalhadores; e outra para a Lei de Greve, onde está assegurada a liberdade e a autonomia sindical. Segundo o Diretor-Técnico do Diap, Ulysses Riedel, há diferenças fundamentais entre o projeto que os sindicatos defendem e o que o Ministro

do Trabalho encaminhou ao Congresso no ano passado. Depois de ressaltar que o Governo não consultou qualquer liderança sindical para elaborar a sua proposição, disse Riedel:

— No projeto do Ministro Almir Pazzianotto, o trabalhador perde qualquer direito adquirido. As vantagens negociadas em cada dissídio, como auxílio-creche e quinquênios, são extintas para nova negociação no dissídio seguinte. O projeto prevê sanções econômicas e civis em caso de greve, como, por exemplo, multa aos sindicatos. Outro ponto da proposição do Ministro é o aspecto penal coletivo: um grevista atira uma pedra e a diretoria do sindicato responde penalmente pelo fato. Isto é injusto. Queremos o crime individualizado e não que o sindicato seja responsabilizado pelo ato.